

**ORGANIZAÇÃO
RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA**

**I ENCONTRO DO CICLO DE
ESTUDOS ANARQUISTAS**

**TEMA: "ANARQUISMO:
OS CAMINHOS DE NOSSA
DEFINIÇÃO"**



Sumário:

Apresentação.....	pág. 05
1. Anarquismo.....	pág. 08
Anarquismo social, luta de classes e relações centro-periferia....	pág. 08
Anarquistas e comunismo libertário.....	pág. 10
Anarquismo e anarquia.....	pág. 11
O anarquismo e a questão prática.....	pág. 13
2. Organização.....	pág. 15
Programa da Fraternidade Internacional.....	pág. 15
Estatismo e Anarquia.....	pág. 15
Necessidade da organização.....	pág. 16
Auto-organização das mulheres na Comuna de Paris.....	pág. 17

APRESENTAÇÃO

A compilação de recortes que compõem esta cartilha são contribuições formuladas teoricamente a partir da prática militante dos autores, com suas específicas experiências de lutas, que estão situadas em um determinado tempo/histórico e um espaço/geográfico específico.

Para nós, da Organização Resistência Libertária [ORL], o anarquismo em sua essência é organização e luta. Lançamos a discussão em nosso Ciclo de Estudos Anarquistas com o tema: Anarquismo: os caminhos de nossa definição. Provocamos o debate, afirmando que: “O anarquismo é produto do movimento de massas e não pode jamais dissociar-se da prática”. A frase é do militante chinês Ba Jin, da qual concordamos na sua totalidade, pois expressa de forma clara nossa origem organizativa e nosso objetivo de lutar pela transformação social.

A compilação de recortes presente nas próximas páginas, agrupam nossa compressão sobre as origens do anarquismo e a necessidade de organização nos níveis político-social para acumularmos força social e constituirmos os meios necessários para construirmos uma sociedade igualitária, auto-organizada e autogerida.

Dividimos os recortes em duas partes. A primeira parte (Ponto 1), expomos as origens do anarquismo e sua vinculação direta com o movimento de massas (anarquismo de massas), pois nossa corrente foi fruto do embate e organização revolucionária dos/das trabalhadores/as contra o capitalismo em meados do século XIX. O anarquismo é uma corrente do socialismo de caráter revolucionário, federalista, antiestatista e autogestionário. É importante lembrar, que no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT – 1864 - 1872] e das grandes lutas da classe operária, camponesa e das outras frações oprimidas, os anarquistas, a princípio, se intitulavam socialistas revolucionários/as ou socialistas antiautoritários, deixando claro suas diferenças para com o socialismo estatal de cunho marxista ou o socialismo reformista.

Na segunda parte (Ponto 2), apresentamos recortes que trazem na origem do movimento anarquista (no seio da AIT e da Aliança da

Democracia Socialista - ADS) a necessidade de organização. As contribuições que estão na cartilha sobre organização enfatizam a importância de nos organizarmos, enquanto classe popular e agrupamento político. A Organização Política Anarquista é fundamental para imprimirmos uma força social que seja capaz de destruir os alicerces do sistema capitalista patriarcal e racista (no sentido amplo do termo, sentido que dialoga diretamente com o preconceito e a discriminação racial) e a demolição dos muros de todas as opressões. Lutamos contra todo tipo de dominação, não sendo nosso desejo dominar, controlar ou dirigir as classes populares. O anarquismo organizado é uma ferramenta de luta contra todas as formas de dominação/opressão.

Somos de uma Organização Específica Anarquista e nos organizamos com os/as de baixo, não por que é lindo, mas por que somos das classes populares, somos oprimidos/as, estamos na luta popular e nas barricadas cotidianas construindo um projeto autogestionário e revolucionário. Dando assim, continuidade à luta pela revolução social que foi e é construída por muitxs companheiros e companheiras. Vários foram os esforços organizativos que semearam o anarquismo em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, muitxs militantes ajudaram a construir periódicos combativos e/ou organizações de cunho libertário/anarquista, além de construírem também esforços no seu local de trabalho, nos sindicatos operários, defendendo de punho firme o sindicalismo de resistência/sindicalismo revolucionário. São frutos desse período: o periódico anticlerical DEMOLIDOR (1908), formado em sua maior parte por estudantes do direito; o clube socialista Máximo Gorki (1908) que criou o informativo REGENERADOR; o Grupo Libertário de estudos sociais (1911)¹, fração de jovens anarquistas que participou da

1 Moacir Caminha, militante anarquista das primeiras décadas do século XX em Fortaleza, relata sua participação e do grupo que integrava na revolta popular de 1912 na capital cearense: “[...] o meu grupo de ação, o grupo dos “Jovens Libertários”, só consegui, por intermédio do velho Agapito dos Santos, três rifles, que nos entregaram num arrabalde. E nós tínhamos de trazê-los para o centro da cidade! Mas trouxemo-los e começamos, com outros rapazes, uma revolta, uma luta intensa, sanguinária, de três dias e duas noites! [...]” Remodelações. Rio de Janeiro/RJ, Ano I, Nº 6, 15 de novembro de 1945. Após à queda do governador Acyóli os “Jovens” fundaram o periódico 24 de Janeiro, em homenagem ao dia da deposição. No dia 3 de março de 1912, os Tipógrafos e os Ferroviários entram em greve, estando em sintonia com as reivindicações dos “jovens libertários” contra a exploração capitalista.

revolta armada que derrubou Acyóli do posto de governador do Estado em 24 de Janeiro de 1912; o Grupo Libertário Amigos d'a Plebe (GLAP) fundado em 1923 (núcleo de apoio e militância do jornal A PLEBE) e às associações da classe operária, principalmente a Associação Gráfica do Ceará e a Federação dos Trabalhadores do Ceará (FTC) fundada em 1921 que agregava “sindicatos de ofícios ou indústria, sindicato de transporte ou ofícios vários”.²

A cartilha Anarquismo e Organização chega para fomentar o debate e não como uma verdade absoluta; a intenção é gerar dúvidas, inquietar, incitar ações coletivas que desemboque em lutas duradouras e instigar a procura pelo anarquismo. Portanto, desejamos para todos e todas boa leitura!

2 Segundo seus estatutos.

1. ANARQUISMO

ANARQUISMO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

O anarquismo, para nós, é uma ideologia, sendo esta um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política. A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a transformação desta realidade. A partir desta análise, a ideologia não é um conjunto de idéias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas, sim, um sistema de conceitos que existe, na medida em que é concebido junto à prática e está voltado a ela. Assim, a ideologia exige uma atuação voluntarista e consciente com o objetivo de imprimir à sociedade a transformação social desejada.

Entendemos o anarquismo como uma ideologia que fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema baseado na autogestão e no federalismo –, sem quaisquer pretensões científicas ou proféticas.

Como outras ideologias, o anarquismo possui história e contexto específicos. Ele não nasce de intelectuais ou pensadores alheios à prática, que buscam apenas a reflexão abstrata. O anarquismo tem sua história desenvolvida no seio das grandes lutas de classe do século XIX, quando foi teorizado por Proudhon, e tomou corpo em meio à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com a atuação de Bakunin, Guillaume, Reclus e outros que defendiam o socialismo revolucionário, em oposição ao socialismo reformista, legalista ou estatista. Esta tendência

da AIT foi futuramente conhecida por “federalista” ou “antiautoritária” e teve sua continuidade na militância de Kropotkin, Malatesta e outros. Portanto, foi no seio da AIT que o anarquismo tomou corpo, “na luta direta dos trabalhadores contra o capitalismo, pelas necessidades dos trabalhadores, por suas aspirações à liberdade e à igualdade, que vivem particularmente nas massas de trabalhadores nas épocas mais heróicas”[Dielo Trouda. Plataforma Organizacional]. O trabalho de teorização do anarquismo foi realizado por pensadores e trabalhadores que estavam diretamente envolvidos com as lutas sociais e que auxiliaram a formalizar e difundir este sentimento que estava latente naquilo que se chamou “movimento de massas”.

Desta forma, o anarquismo na sua gênese, nas suas aspirações, em seus métodos de luta, não tem nenhum vínculo com qualquer sistema filosófico. O anarquismo nasceu da rebelião moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que estavam forçados a viver, e cuja sensibilidade se viu ofendida pela dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte da dor humana não é consequência fatal de leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas deriva, por outro lado, de feitos sociais dependentes da vontade humana e elimináveis por obra do homem, abriu-se então a via que deveria conduzir ao anarquismo.[Errico Malatesta. “Anarquismo e Anarquia”].

Com o passar dos anos, o anarquismo desenvolveu-se teórica e praticamente. Por um lado, contribuiu de maneira ímpar com episódios de transformação social, conservando seu caráter ideológico, como, por exemplo, na Revolução Mexicana, na Revolução Russa, na Revolução Espanhola, ou mesmo em episódios brasileiros, como na Greve Geral de 1917 e na Insurreição de 1918. Por outro lado, em determinados contextos o anarquismo assumiu certas características que lhe retiraram este caráter ideológico, transformando-o em um conceito abstrato, que passou a constituir-se tão somente em uma forma de observação crítica da sociedade. Com o passar dos anos, este modelo de anarquismo assumiu uma identidade própria, encontrando referências na história e, ao mesmo tempo, perdendo seu caráter de luta pela transformação social. Isso se evidenciou, de maneira mais gritante, na segunda metade do século XX. Pensado a partir dessa perspectiva, o anarquismo deixa de ser uma ferramenta aos explorados na sua luta pela emancipação e funciona como um passatempo, uma curiosidade, um tema para debate intelectual, um

nicho acadêmico, uma identidade, um grupo de amigos etc. Para nós, esta visão ameaça fortemente o próprio sentido do anarquismo.

FONTE: FARJ. Trecho de Anarquismo Social e Organização

ANARQUISTAS E COMUNISMO LIBERTÁRIO (TRECHO DA PLATAFORMA)

**Dielo Trouda, 1926
(Makhno, Ida Mett, Arshinov, Valevski, Linski)**

A luta de classe criada pela escravidão de trabalhadores e suas aspirações à liberdade geraram, na opressão, a ideia do anarquismo: a ideia da negação total a um sistema social baseado nos princípios de classes e um Estado, e sua substituição por uma sociedade livre não-estatal de trabalhadores sob gestão própria.

Portanto, o anarquismo não se origina de reflexões abstratas nem de um intelectual ou filósofo, mas sim da luta direta de trabalhadores contra o capitalismo, das carências e necessidades dos trabalhadores, das suas aspirações à liberdade e igualdade, aspirações que se tornam particularmente vivas no melhor período heroico da vida e luta das massas trabalhadoras.

Os notáveis pensadores anarquistas, Bakunin, Kropotkin e outros, não inventaram a ideia de anarquismo, mas, tendo encontrado este nas massas, simplesmente ajudaram, com a força de seu pensamento e conhecimento, a especificá-lo e propagá-lo.

O anarquismo não é o resultado de esforços particulares, nem o objeto de pesquisas individuais.

De igual modo, o anarquismo não é o produto de aspirações humanitárias. Não existe uma humanidade única. Qualquer tentativa de fazer do anarquismo um atributo de toda humanidade atual, de atribuir a ele um caráter humanitário geral seria uma mentira social e histórica, que levaria, inevitavelmente, à justificação do status quo e à uma nova exploração.

O anarquismo é em geral humanitário somente no sentido de que as ideias das massas tendem a melhorar as vidas de todos os homens, e que o destino da humanidade de hoje e de amanhã é inseparável da

exploração dos trabalhadores. Se as massas trabalhadoras forem vitoriosas, toda humanidade renascerá; caso contrário, violência, exploração, escravidão e opressão reinarão no mundo como antes.

O nascimento, o florescimento, e a realização de ideias anarquistas têm suas raízes na vida e na luta das massas trabalhadoras e estão inseparavelmente ligadas ao seu destino.

O anarquismo quer transformar a atual sociedade capitalista burguesa em uma sociedade que assegure ao trabalhador os produtos de seus esforços, sua liberdade, independência, e igualdade política e social. Esta outra sociedade será o comunismo libertário, no qual a solidariedade social e a individualidade livre acharão sua expressão plena, e no qual estas duas ideias se desenvolverão em perfeita harmonia.

FONTE: Dielo Trouda. Trecho da Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários

ANARQUISMO E ANARQUIA (No Pensiero e Volontá, 1925 e no Umanitá Nova, 1921-1922)

Errico Malatesta

O anarquismo em suas origens, aspirações, em seus métodos de luta, não está necessariamente ligado a qualquer sistema filosófico.

O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte do sofrimento humano não é consequência inevitável das leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas, ao contrário, que deriva de realidades sociais dependentes da vontade humana e que podem ser eliminados pelo esforço humano, abria-se então o caminho que deveria conduzir ao anarquismo.

Era necessário encontrar as causas específicas dos males sociais e os meios corretos para destruí-los.

E quando alguns consideraram que a causa fundamental do mal

era a luta entre os homens que resultava no domínio dos vencedores e a opressão e a exploração dos vencidos, e viram que este domínio dos primeiros e esta sujeição dos segundos deram origem à propriedade capitalista e ao Estado, e quando se propuseram derrubar o Estado e a propriedade, nasceu o anarquismo.[1]

Eu prefiro deixar de lado a incerta filosofia e ater-me às definições comuns, que nos dizem que a anarquia é uma forma de vida social em que os homens vivem como irmãos, sem que nenhum possa oprimir e explorar os demais, e em que todos os meios para se chegar ao máximo desenvolvimento moral e material estejam disponíveis para todos. O anarquismo é o método para realizar a anarquia por meio da liberdade e sem governo, ou seja, sem organismos autoritários que, pela força, ainda que seja por bons fins, impõem aos demais sua própria vontade.[2]

O socialismo – e isso é ainda mais verdadeiro no anarquismo – não pode ser imposto, seja por razões morais de respeito à liberdade, seja pela impossibilidade de aplicar “pela força” um regime de justiça para todos. Ele não pode ser imposto por uma minoria a uma maioria e também não pode ser imposto pela maioria a uma ou várias minorias.

E é por isso que somos anarquistas, que desejamos que todos tenham a liberdade “efetiva” de viver como queiram. Isso não é possível sem a expropriação daqueles que detêm atualmente a riqueza social e sem colocar os meios de trabalho à disposição de todos.[3]

A base fundamental do método anarquista é a liberdade, e por isso combatemos e continuaremos a combater tudo o que a violenta – liberdade igual para todos – qualquer que seja o regime dominante: monarquia, república ou qualquer outro.[4]

Nós, ao contrário, não pretendemos ter a verdade absoluta. Acreditamos que a verdade social, ou seja, o melhor modo de convivência social, não é algo fixo, bom para todos os tempos, universalmente aplicável ou determinável de antemão. Ao invés disso, acreditamos que uma vez assegurada a liberdade, a humanidade avançará, descobrindo e realizando as coisas, gradualmente, com o menor número de comoções e atritos. Por isso, as soluções que propomos deixam sempre a porta aberta a outras soluções distintas e, esperamos, melhores.[5]

Para ser anarquista, não basta reconhecer que a anarquia é um lindo ideal – coisa que, ao menos em teoria, todos reconhecem, incluindo os poderosos, os capitalistas, os policiais e, creio eu, até mesmo Mussolini. É necessário querer combater para chegar à anarquia, ou ao menos se

aproximar dela, tratando de atenuar o domínio do Estado e do privilégio, e reivindicando sempre mais liberdade e mais justiça.[6]

FONTE: Malatesta

1. Pensiero e Volontà , 16 de maio de 1925.
2. Pensiero e Volontà , 1 de setembro de 1925.
3. Umanità Nova , 2 de setembro de 1922.
4. Umanità Nova , 27 de abril de 1922.
5. Umanità Nova , 16 de setembro de 1921.
6. Pensiero e Volontà , 16 de maio de 1925.

* Compilação: Vernon Richards

* Tradução: Felipe Corrêa

Obs. Alteramos a numeração das fontes da compilação de Vernon Richards

O ANARQUISMO E A QUESTÃO PRÁTICA

Ba Jin

O anarquismo é produto do movimento de massas e não pode jamais dissociar-se da prática. Na realidade, o anarquismo não é um sonho inútil que transcende ao tempo. Não poderia ter nascido antes da Revolução Industrial e nem ter se desenvolvido antes da Revolução Francesa. Muitos chineses sustentam que Lao Tsé e Chuang Tzu foram os primeiros anarquistas da China. Isso é muito enganoso. O taoísmo não tem nada em comum com o anarquismo moderno. O tempo de Lao Tsé e Chuang Tzu não teria como ter produzido as ideias do anarquismo moderno.

Penso que muitas pessoas têm uma má compreensão da doutrina anarquista. É certo que os anarquistas se opõem à guerra, mas à guerra à qual se opõem os anarquistas é aquela que deriva da luta pelo poder entre caudilhos e políticos. Nós apoiamos a luta dos oprimidos contra os opressores e a luta do proletariado contra a burguesia, porque se trata de uma luta de autodefesa e libertária, à qual Malatesta considerava “necessária

e sagrada”. [...] Os anarquistas de nenhuma maneira se opõem à luta de classes; na realidade, a estimulam. O anarquismo é o ideal e a ideologia da classe explorada... na luta de classes. É simplesmente enganoso propor a busca da felicidade coletiva da humanidade quando a humanidade não é um conjunto harmônico e está dividida há tempos em duas classes antagônicas. “O anarquismo nunca foi o ideal da classe dominante” (Kropotkin). O verdadeiro criador do anarquismo é a classe trabalhadora revolucionária” (Alaiz).

FONTE: Ba Jin. Trecho do texto O anarquismo e a questão da prática. O Sino do Povo, 1927 – China.

2. ORGANIZAÇÃO

PROGRAMA DA FRATERNIDADE INTERNACIONAL

Mikhail Bakunin

[...] é evidentemente necessário que haja uma força, uma organização coletiva invisível, que, acatando um programa franca e completamente revolucionário e dando-lhe impulso até as últimas consequências, se abstenha de qualquer manifestação, ingerência governamental ou oficial, e com isso possa exercer uma influência mais eficaz e poderosa sobre o movimento espontâneo das massas populares, tanto na ação como em todas as medidas revolucionárias dos delegados e comitês. Tal é o objetivo único da Organização.

Esta organização, portanto, não tem só como missão preparar a revolução. Terá que se manter e se vertebrar mais ainda durante a revolução, para que sua ação coletiva, estritamente solidária e oculta substitua a de todo governo ou ditadura oficial, não deixando que esta afogue o movimento revolucionário das massas para desembocar na reconstituição do Estado político, dirigente, tutelar, e por isso mesmo, necessariamente burocrático, militar, opressor e explorador, ou seja, uma nova dominação burguesa.

FONTE : Mikhail Bakunin, Trecho do Programa da Fraternidade Internacional, 1872.

ESTATISMO E ANARQUIA (Recorte)

Mikhail Bakunin

A ciência mais racional e mais profunda não pode adivinhar as formas que a vida social assumirá no futuro. Ela pode apenas definir os fatores negativos, que decorrem, de modo lógico, de

uma rigorosa crítica da sociedade atual. [...] Da mesma maneira, veio negar a própria noção do Estado e do sistema estatista, isto é, de todo sistema, que consiste em governar a sociedade de cima para baixo em nome de um pretenso direito teológico ou metafísico, divino ou científico e, em consequência, a emitir o conceito diametralmente oposto e, portanto, negativo [negação da sociedade atual]: a anarquia, quer dizer, a organização livre e autônoma de todas as unidades ou partes separadas que compõem as comunas e sua livre federação, fundada de baixo para cima, não pela injunção de qualquer autoridade que seja, mesmo eleita, nem tampouco pelas formulações de uma sábia teoria, qualquer que seja ela, mas em consequência do desenvolvimento natural das necessidades de todos os tipos, que a própria vida fizer aparecer.

FONTE: Mikhail Bakunin. Trecho do Estatismo e Anarquia. pg. 237, Ed. Imaginário, 2003.

NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO

Mikhail Bakunin

É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo e à das classes dirigidas tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado.

Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de se chegar a um fim vitorioso - não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro. (Maximoff, 367, 70).

Diga-se o que se disser, o sistema atualmente dominante é forte, não por suas ideias e pela sua força moral intrínseca, que são nulas, mas por toda a organização mecânica, burocrática, militar e policial do Estado, pela ciência e pela riqueza das classes que têm interesse em mantê-lo. (Obras, VI. 352-353, 71).

FONTE: Mikhail Bakunin. Recortes do livro: Socialismo e Liberdade.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNA DE PARIS

Organização Resistência Libertária [ORL]

CONTEXTO DA COMUNA

Floreecem organizações revolucionárias e socialistas durante o contexto da Associação Internacioanl dos Trabalhadores – AIT (1864 – 1872). A luta pela igualdade sócio-econômica e política com um caráter revolucionário ganha força no meio socialista em meados do século XIX, a necessidade faz as classes populares se organizarem e partirem para a luta, construindo dessa forma uma ferramenta político-social potente: o povo em luta. A auto-indentificação dos trabalhadores a das trabalhadoras enquanto classe emerge no processo das lutas populares, dando maior coesão à classe e possibilitando a criação de organizações combativas. O trabalho social ganha força e xs de baixo se levantam. Operários/as, camponeses/as, “profissionais” liberais pauperizados/as, sem – teto/desempregados/as e xs sem perspectiva marcham contra o sistema capitalista, na luta por pão e terra, igualdade e liberdade. O movimento anarquista nasce no olho deste furacão, no meio da “tormenta revolucionária” (Ba Jin) da década de 1860.

O capitalismo avança a nível global no século XIX, leva a destruição aos quatro cantos do globo, destruindo a natureza, eliminando costumes e hábitos, acumulando capital ao máximo com o sangue, literalmente, do sistema escravista/racista; amplia o genocídio e o etnocídio, aprofunda o domínio patriarcal/monopólio do macho e explora sem limites os territórios invadidos através de uma nova/velha relação metrópole e colônia.

As classes populares começam a se organizar de forma ampla, em diversos campos, para combater o sistema capitalista. A AIT é fruto de um esforço a nível internacional para responder aos ataques de tal sistema e forjar ao lado dxs trabalhadores/as um projeto de emancipação das classe populares. As movimentações sociais, reivindicações e as greves brotam em diversos lugares. Uma fração da classe em luta no contexto francês se mobiliza: as excluídas da história oficial, aquelas que não estão nos relatos que foram escritos por homens influenciados

pelos dítames e a cultura do patriarcado. Elas se auto-organizam, muitas são influenciadas no final da década de 1860 pelas proposições e lutas práticas das correntes mutualista (os Proudhonianos) e coletivistas¹ que atuavam na França. As mulheres ficaram na frente de vários processos organizativos e da luta armada no contexto da Comuna de Paris (1871).

Alguns fatos antecedem a Comuna. Crises, corriqueiras no sistema capitalista, e greves se tornam intensas a partir de 1869. O conflito franco-prussiano e suas motivações são pautas sempre presentes nas negociações diplomáticas ao logo da década de 1860. Algumas greves ocorrem em 1869: Paris, Marselha, Loire (Região do Rhône-Alpes) com dezenas de mineiros mortos e Lyon com forte adesão popular, em que “A greve dos operários ovalistas de Lyon levava de uma só vez várias milhares de mulheres à Internacional” (MALON, 2014, pg. 49 e 50). No início de 1870 a greve em Creusot e o assassinato de Victor Noir, republicano fervoroso, movimentam os setores revolucionários.

Os gastos com a guerra franco-prussiano (1870) e a derrota para a Prússia colocam a França numa crise político-econômica sem fim. O império de Napoleão III cai, sendo substituído por um governo provisório republicano, o governo de Leon Gambetta, em setembro de 1870, que logo é modificado por um novo governante: Thiers. Bakunin e os aliancistas (ADS)² haviam tentado eclodir uma insurreição generalizada em Lyon no mês de Setembro de 1870. Outras cidades francesas foram foco de mobilizações de rua e greves, a crise estava instaurada.

Com a grave crise na França, o quadro social fica cada vez mais pauperizado e a instabilidade política - econômica provoca descontentamento e revoltas em várias partes. Após uma manifestação de mulheres em 1 de dezembro de 1870, Louise Michel é presa. Em 1869 ela tinha assumido a secretaria de uma organização de mulheres operárias e em

1 Os coletivistas estavam organizados na Aliança da Democracia Socialista (ADS) e integravam várias sessões da AIT. No contexto de Paris, durante a Comuna, a referida tendência era formada por: Eugène Varlin, Benoît Malon, Gustave Lefrançais; os poloneses: Wladimir Ozerov e Walenty Lankiewicz, que estavam em Paris; Élie Reclus e Élisée Reclus estão próximos do coletivismo novamente.

2 Na insurreição de Lyon, os federalistas coletivistas: Louis Palix, Gaspard Blanc, Albert Richard, André Bastelica (de Marselha) e os recém-chegados: Mikhail Bakunin, Wladimir Ozerov e Walenty Lankiewicz, além de outros operários da cidade, formam o comitê de operários federalistas.

novembro de 1870 era eleita presidente do Comitê republicano de vigilância das mulheres. Sobre o contexto da prisão ela diz: “Eles fazem coisas estúpidas, nós nos consumimos organizando o trabalho e deixam esse godillot [industrial] pagar as pobres operárias 5 vinténs por camisa” (MICHEL, 2005). O baixo valor pago às operárias mostra a super exploração das mulheres nas indústrias francesas do período. Poirier, Blin, J’auguet e Béatrix Excoffons participam também da fundação do Comitê de vigilância das mulheres.

Em 26 de fevereiro de 1871 a França assina um humilhante acordo de paz com a Prússia. Tal fato permite às tropas prussianas desfilar em Paris em 1º de março, e na sequência uma forte organização popular começa a surgir para intervir e questionar de forma contundente tanto o poder governamental francês como o intervencionismo prussiano. Em 17 de março, o socialista Louis Blanqui é preso. No dia seguinte, a insatisfação ao cerco a Paris e o humilhante acordo, funcionam como combustível para a insurreição revolucionária ganhar as ruas. As tropas governamentais fracassam na tentativa de recuperarem a posse dos canhões de Montmartre. A luta de classes entra em cena, os jacobinos, blanquistas, internacionalistas e o povo armado decretam Paris livre e independente. Thiers teve que sair às pressas de Paris após a Guarda nacional e as classes populares tomarem as ruas, becos e a prefeitura em março de 1871.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

Tomem cuidado com as mulheres quando se cansarem de tudo o que as rodeia e se levantem contra o velho mundo. Nesse dia um novo mundo começará.
Louise Michel

Com o processo da tomada de Paris pelxs revolucionárixs, as mulheres serão protagonistas em diversas frentes de luta no seio da luta popular armada, construindo de fato, barricada por barricada, o poder popular. Louise Michel será essencial para nos trazer os processos de luta da Comuna através de suas memórias.

Louise Michel é descrita pelo Gazeta des Tribunaux, em dezembro de 1871, período de seu julgamento, com as seguintes características: “trinta e seis anos, pequena, morena [grifo nosso], de frente bastante

grande, com o nariz e a parte inferior do rosto muito proeminentes [...]” (MICHEL, 1973). Em relação a ser pequena, Louise não concorda com o seu tamanho acreditando ser mais alta do que baixa, segundo seu relato.

Em Paris, vai se formatando um projeto socialista revolucionário nas agitações, no cotidiano, nas reuniões dos comitês e nas comunicações entre as ruas e becos da cidade. Louise nos apresenta como era o cotidiano revolucionário:

Chegavam [para as reuniões livres] todos entre as cinco e seis horas da tarde; resumia-se o trabalho efetuado durante o dia e aquele que havia a fazer para o dia seguinte; conversava-se até o último minuto e, às oito horas, cada qual partia para o seu clube respectivo. (MICHEL, 1971, p. 99).

Segundo as memórias de Louise Michel, nossa principal fonte, não houve êxito de Thiers na tentativa de recuperar os canhões em Montmartre, bairro pobre da cidade e lugar onde a communarda residia. As mulheres participaram ativamente do processo revolucionário e marcharam pela liberdade, lançaram-se “sobre os canhões e [as] metralhadoras”:

Na aurora que surgia ouvia-se o alarme; subíamos a passo de ataque, sabendo que no cume havia um exército alinhado para a batalha. Pensávamos em morrer pela liberdade. Estávamos como suspensos da terra. Nós, mortos, Paris ergueu-se. As multidões em certos momentos são a vanguarda do oceano humano. O cume estava envolto numa luz branca, uma aurora esplêndida de libertação. A tropa fraterniza com o povo, a insurreição ganha Paris bairro por bairro, surpreendendo simultaneamente o governo e o Comitê Central. Foi só a noite que os membros do Comitê Central decidiram-se a passar ao ataque e ocupar toda a cidade, enquanto Thiers e o governo fugiam para Versalhes.

[...] inquieta tinha vindo, todas as mulheres [grifo nosso] estavam ali, marchando nas fileiras da liberdade, ao encontro da morte. Mas não era a morte que nos esperava lá no alto do cume onde o exército já dispunha os canhões [...] era a surpresa de uma

vitória popular. entre nós e o exército, as mulheres se lançam sobre os canhões e metralhadoras: os soldados surpreendidos por este heroísmo, permanecem imóveis. (MICHEL, 1971)

O povo em armas estava se organizando em Federações, comitês foram formados e um batalhão feminino da guarda nacional atua nas semanas seguintes. As *communardas* da linha de frente eram, em sua maioria: professoras, mulheres pobres da periferia, operárias, artesãs e prostitutas³. As mulheres da Comuna realizavam diversas tarefas, assim como os homens. As ações dependiam muito da particularidade de cada bairro, o comitê de Montmartre por exemplo, segundo Michel (2011): “não deixavam ninguém sem asilo, ninguém sem pão”. A União das Mulheres e outros grupos femininos organizavam assembleias públicas, cuidavam dos feridos, integravam os batalhões revolucionários e colaboravam com as barricadas, como foi o caso de Josephine Courbois. Em 1º de Abril de 1871 uma manifestação de mulheres foi convocada para a Praça da Concordia, em que cerca de oitocentas mulheres compareceram, segundo Béatrix Oeuvrie - Excoffons.

O Comitê do qual Louise Michel participava era o da vigilância de Montmartre, Clube da Revolução e sua fração armada. O Comitê de vigilância das mulheres teve suas últimas reuniões, antes do fim da Comuna, na casa de Béatrix Excoffons (MICHEL, 1973, pg. 431). Sobre o comitê, Louise disse:

O comitê de vigilância de Montmartre terá sua história à parte [...]. Toda noite avançávamos rapidamente [...] sobre Paris, ora demolindo um clube de desertores, ora insuflando a revolução, pois o tempo da enganação tinha ficado para trás. [...]

Em Montmartre havia dois comitês⁴ de vigilân-

3 “[...] desde os primeiros tempos do ‘feminismo’, valentes mulheres dirigiram-se heroicamente às prostitutas para solidarizar-se com elas no protesto contra os abomináveis tratamentos que lhes são dispensados e contra a escandalosa parcialidade da lei relativa aos sedutores contra suas vítimas.” Reclus, E. O Homem e a Terra. Tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Expressão e Arte: Ed. Imaginário, 2010.

4 “[...] eu continuava pertencendo aos dois comitês [homens e mulheres], cujas tendências eram as mesmas”. Louise Michel. Tradução de Renata Gonçalves [2011].

cia: o dos homens e o das mulheres. [...]

O das mulheres também terá sua história; talvez seja mista, pois não importava a que sexo se pertencia para cumprir seu dever. Essa questão idiota não mais existia. (MICHEL, Memórias da Comuna de Paris, 2011).

Louise até usou a vestimenta da guarda nacional (uso restrito para os homens) durante um combate, atitude que foi usada contra ela em seu julgamento. Outras tarefas foram sendo realizadas pelas revolucionárias. O ensino, por exemplo, passou por alterações. O Grupo Éducation Nouvelle, formados por professorxs, trazia em um determinado texto uma reivindicação das mulheres, não muito nova, que dizia: “Que a instrução religiosa... seja imediata e radicalmente suprimida para ambos os sexos em todas as escolas [...]” (CHAUVET, 2001). No contexto francês, nem todos os habitantes tinham direito a escola, principalmente as mulheres. Na Comuna de Paris foi sendo implementado o ensino laico, não estando mais sob a tutela da Igreja, a gratuidade, pois o sistema educacional oferecido pelo Estado/Igreja era privado e a obrigação, o que possibilitava que todxs xs excluídxs tivessem acesso ao ensino, inclusive as mulheres, um dos “grupos” mais excluídos da sociedade. Coube a comissão para o “ensino” formular mudanças, mas as escolas eram autônomas para aprofundarem modificações de acordo com sua realidade. Algumas mulheres estavam totalmente dedicadas ao ensino, como: Andrée Léo, Anna Jaclard, Sophie Poirier, Jaclar, Sra. Reclus, Sapia entre outras (MICHEL, 1973, pg. 241).

Muitas mulheres se tornaram anarquistas vivenciando as barricadas de Paris⁵, vivendo a auto-organização da luta prática e participando da construção do federalismmo cotidiano. As libertárias, ou convictas anarquistas pós-Comuna que lutaram nas trincheiras de Paris, foram: Andrée Léo (seu pseudônimo, nome verdadeiro: Léodile Léo, responsável pelo jornal La Sociale, sendo posteriormente, por um período,

5 “Louise Michel, a combatente mais entusiasta da Comuna, depois de ter visto desenvolver-se os erros e o autoritarismo entre seus melhores partidários, tornou-se anarquista [...] quando ela pôde refletir sobre o que havia visto. Uma outra combatente, Victorine Rouchy, também se tornou uma das primeiras anarquista comunista de Genebra” (A Comuna de Paris: Considerações libertárias. 2011, pg 91, texto originalmente encontrado em: Max Nettlau, História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo).

companheira de Malon e integrante do comitê das mulheres); Nathalie Duval Lemel (adere à AIT em meados da década de 1860, trabalhava numa oficina de encadernação na época, era defensora da igualdade de gênero, funda com Varlin uma cooperativa de alimentação para os trabalhadores, e é também uma das fundadoras da União das Mulheres para defesa de Paris e foi deportada para Nova Caledônia, morrendo pobre em 1921); Marie Ferré, irmã de Théophile Ferré⁶; Béatrix Oeuvrie - Excoffons, do comitê das mulheres para vigilância⁷, Liana Houseu (fuzilada), Victorine Rouchy⁸ (participou do “Batalhão de Defesa da República” – Comuna dos turcos, argelinos, nome dado aos atiradores da Criméia) entre muitas outras.

Outras mulheres tiveram participação fundamental na Comuna. Marguerite La Chaise (Marguerite Guinder), participou no ambulatório ao lado de outras. Inclusive, um equipamento para os primeiros socorros foi conseguido por Louise e Jeanne A. (da Sociedade de Instrução Elementar), através de uma intensa arrecadação de recursos. Outras protagonistas foram: Victorine Gorget, Danguet, Mariani Fernandez, Cartier, Malvina Poulain (ajudava na instrução ao lado de Louise Michel⁹), Marceline LeLoup (costureira), Aglaé Jarry (encadernadora) e Dimitrieff. Após o fim da Comuna, Elisabeth Retif, Joséphine Marchais, Eugénie Suétens e Eulalie Papavoine, mulheres que também eram responsáveis pelos primeiros socorros, foram condenadas à morte e depois tiveram suas penas convertidas em trabalhos forçados, sendo levadas para Caiena – Guiana dita Francesa (MICHEL, 1973, pg. 371) Na prática, muitas eram antiestatistas, federalistas e estavam vivenciando uma perspectiva internacionalista nas barricadas e nas diversas relações do cotidiano revolucionário.

6 Fuzilado ao lado de Rossel (um comunard estrategista) e Bourgeois por um pelotão de execução.

7 “Podeis conseguir que se liberte Béatrix Oeuvrie [Excoffons] [...]” carta enviada para Victor Hugo pedindo a liberdade de uma presa política, de 28 de Janeiro de 1873.

8 Participou de organizações operárias em fins de 1860 e da Comuna ao lado de seu companheiro Jean Rouchy. Ela conseguiu fugir para a Suíça.

9 Num primeiro momento Louise Michel foi conduzida para o acampamento de Satory, Chantiers (Versalles) e depois transferida para prisão central de Auberive, Alto-Marne. E depois em 1874 foi deportada para colônia penitenciária de Nova Caledônia, colônia Francesa.

A solidariedade chegava vinda da África, e em 28 de março de 1871 um agrupamento da Argélia diz apoiar a forma organizativa da Comuna de Paris, sendo um espelho para buscar a real liberdade. Para Louise Michel já era “hora de romper o elo da longa corrente da escravidão” e por fim ao sistema escravocrata (MICHEL, 1973, pg. 144). Turcos e poloneses¹⁰ estavam presentes entre os *communards* e as *communardas* e outros internacionalistas também se faziam presentes.

A solidariedade foi posta em prática por Louise depois da Comuna na Nova Caledônia, na polinésia/Oceânia. Seu posicionamento foi o de apoiar à luta Árabe, na Argélia, e diversas lutas anti-coloniais, e disse que os Árabes que foram levados para a colônia penal da Caledônia eram “simples, bons e tinham um grande sentido de justiça”. Sua solidariedade foi presencial e viva na revolta Kanaca/negros/indígenas da polinésia contra os “malvados brancos” (franceses). Infelizmente a insurreição Kanaca pela autodeterminação e o fim da relação colonial foi dizimada em fins da década de 1870.

Segundo Louise Michel: “Na Comuna, maioria [era] revolucionária, minoria socialista, reconhecendo enfim o vazio das discussões teóricas puras [...]” (A Comuna de Paris, 2011, pg. 79). Pertencente à perspectiva revolucionária, Louise se tornará na prática uma anarquista nas ruas de Paris. Sua convicção veio após suas reflexões sobre o socialismo estatista e reformista no navio que conduzia os *communards* para Nova Caledônia, e tal convicção é mantida até sua morte em 10 de Janeiro de 1905. Foi deportada para a colônia francesa ao lado de Nathalie Lemel, Augustine Chiffon, Victorine Gorget, Sophie Poirier, Béatrix Excoffons, Marie Boire, Goulé, Deletras (Lyon) entre outras, numa lista de mulheres que ficou conhecida como *las peores*.

Com o fim da Comuna de Paris, após a invasão das tropas Versalhesas na semana sangrenta (21 a 28 de Maio), centenas de *communards* e *communardas* foram mortos, presos, exilados e outros foram deportados. Muitas mulheres, pobres/sem teto, desempregadas, camponesas, operárias e prostitutas, foram mortas, não tendo como relatar suas memórias como Louise Michel, que ficou presa durante dez anos. Segundo dados da época relatados por Louise (1973, pg. 373), 197¹¹ as

10 Dombrowski era o comandante de guerra da Comuna, tendo experiência na insurreição polaca da década de 1860.

11 8 penas de morte, 36 deportadas, 29 mulheres condenadas a trabalhos forçados e etc.

mulheres eram condenadas à pena de morte, deportação para colônia penal, deportação simples/para outro país, trabalhos forçados, entre outras sentenças. Muitas mulheres tiveram execução sumaria, algumas foram mortas com suas crianças nos braços. O número de mortas/os apresentado pelo Estado foi de trinta e cinco mil, mas diversos relatos apontam que o número real de mortas/os foi três vezes o oficial. Em carta, provavelmente do início de Outubro de 1871, Louise, que está presa, questiona a esfera jurídica/machista da França patriarcal para com as mulheres da Comuna:

Não apenas meus juizes evitam fazer comparecer diante dos conselhos de guerra as mulheres revolucionárias, mas também quando as palavras delas causam impressão sobre eles próprios, eles abafam a voz delas. (MICHEL, 2005, pg 62 e 63)

Perante o tribunal, Louise Michel disse:

Eu pertenço inteiramente à Revolução Social. [...] Se me deixarem viver, não deixarei de clamar por vingança e denunciar [...]”. Quanto ao incêndio de Paris, sim, participei dele. Eu queria opor uma barreira de chamas aos invasores de Versalhes. [...] Dizem também que sou cúmplice da Comuna! Seguramente sim, visto que a Comuna queria antes de tudo a revolução social, e a revolução social é o mais caro de meus desejos. (MICHEL, 2008, pg. 49)

Nós ecoamos e praticamos as palavras ditas por Louise Michel no tribunal e praticadas por muitas outras revolucionárias na Comuna de Paris. Portanto, pertencemos inteiramente à REVOLUÇÃO SOCIAL!

Não queremos colocar a história da Comuna num altar e ascender uma vela. Queremos refletir sobre sua história e tirar algumas lições para a luta concreta hoje. A Comuna de Paris apresentava diferentes frações políticas e interesses diversos. O programa estava sendo construído a partir das necessidades do cotidiano. O Federalismo e a negação do Estado são suas marcas fortes, apesar de algumas funções burocráticas permanecerem. No geral, uma nova estrutura revolucionária estava sendo forjada através dos comitês e das comissões. A cultura e a arte estava sendo trabalhada sob uma perspectiva socializadora, a educação tinha suas dificuldades, mas um grupo de trabalho estava dedicado em mudar radicalmente o ensino, e a política era permeada por uma forma feder-

alista. Ainda não existia uma transição radical na organização econômica (propriedade, meio de produção e etc.) e a guarda nacional¹² não passou por grandes alterações.

E a equidade de gênero? Alguns comitês, sindicatos ou comissões eram formados exclusivamente por homens ou havia poucas mulheres participando. A auto-organização das mulheres, na União das mulheres ou em outros grupos femininos, foi uma necessidade para garantir sua efetiva participação nos processos revolucionários da Comuna. A organização específica tinha o objetivo de pautar a igualdade de remuneração, maior participação da mulher nos destinos da Comuna, buscando relações iguais entre os iguais. Dessa forma, estava se combatendo as estruturas de dominação e opressão do patriarcado que existia e existe em nossa sociedade, inclusive nos meios revolucionários, seja em Paris do século XIX ou Fortaleza do século XXI.

Mulheres que moravam nas ruas de Paris, mulheres vindas do campo, prostitutas, operárias fabris e outras que vinham dos becos da periferia de Paris, hoje vocês vivem e resistem na luta cotidiana contra todas as opressões e todas as formas de dominação, na luta contra o capital e o Estado patriarcal e racista. Não deixaremos de dar continuidade à luta por igualdade, liberdade e o socialismo libertário. Mulheres da Comuna vivem!!!

BIBLIOGRAFIA:

A Comuna de Paris: Considerações libertárias. Organização e tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Expressão e Arte: Ed. Imaginário, 2011.

CHAUVET, PAUL. A Comuna de Paris: A Cultura e a Educação. In: A Comuna de Paris: Considerações libertárias. Organização e tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Expressão e Arte: Ed. Imaginário, 2011.

História do Anarquismo. Excerto do processo de Louise Michel: Versalhes, dezembro de 1871. Tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Ed Faisca e Ed. Imaginário, 2008, pg 49.

MALON, BENOÎT. A Internacional: sua história e seus princípios. Tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Ed. Imaginário, 2014.

MICHEL, LOUISE. A Comuna 1 [Excertos]. Lisboa. Editorial Presença,

12 A maior parte da Guarda Nacional se voltou contra os communards e communadas durante a semana sangrenta.

1971.

_____. Mis recuerdos de la Comuna. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1973.

_____. Cartas a Victor Hugo. Vinhedo – São Paulo. Ed. Horizonte, 2005.

_____. Memórias da Comuna de Paris. Tradução de Renata Gonçalves. Revista Lutas Sociais - São Paulo, 2011.

RECLUS, ÉLISEE. O Homem e a Terra: O Estado moderno. Tradução: Plínio Augusto Coêlho – São Paulo: Expressão e Arte: Ed. Imaginário, 2010.

